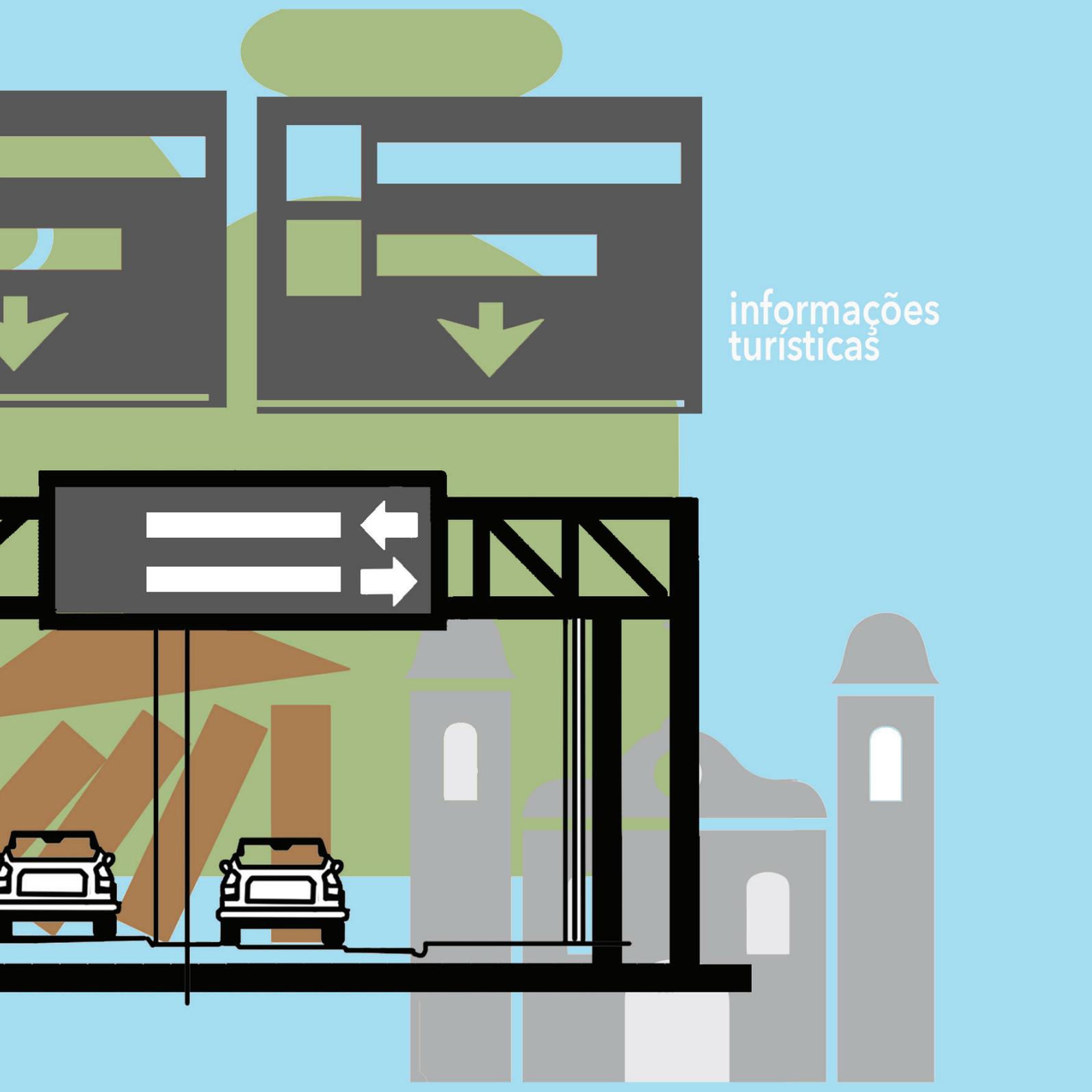


informações
turísticas





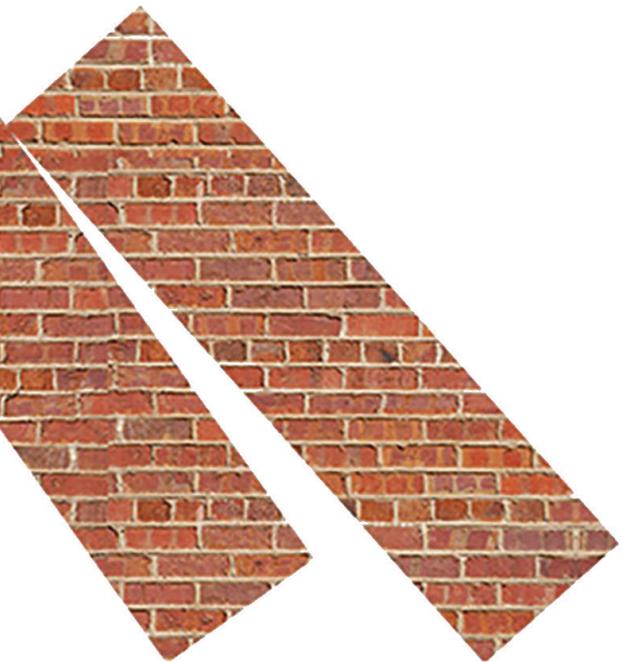
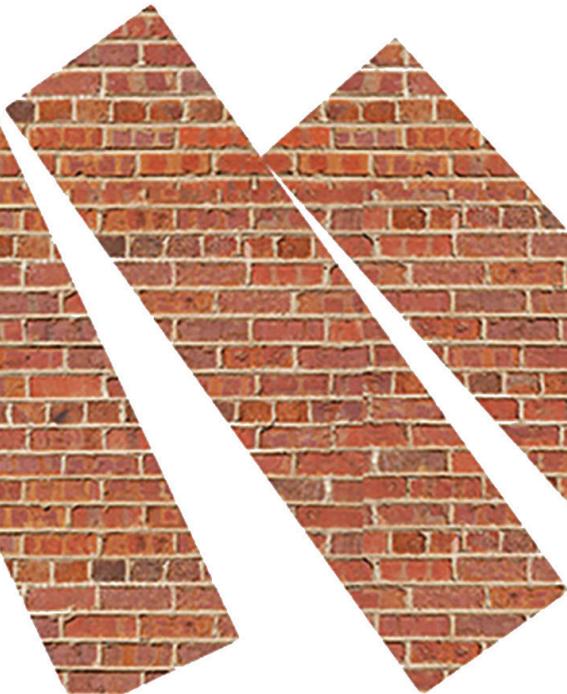
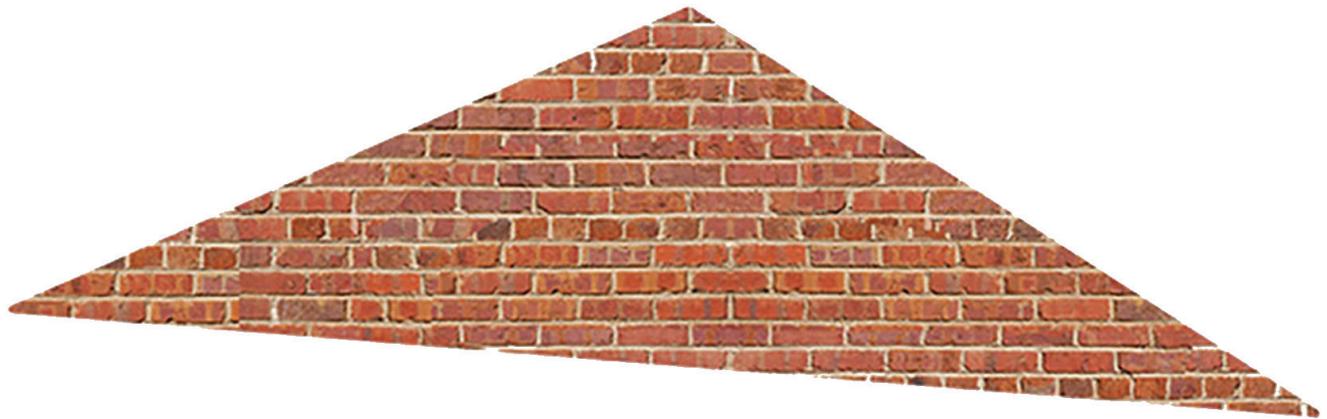
a embratur

foi criada em 1966 durante a ditadura militar com a intenção de fomentar o desenvolvimento do turismo em meio a um período de instabilidade política e econômica, envolvendo estímulos e incentivos fiscais para a iniciativa privada e a criação e difusão de uma espécie de pedagogia do que seria o “nacional” baseada tanto na imagem de um brasil sensorial, de cheiros, sabores, cores e ritmos quanto na crença no desenvolvimento de um “espírito” de integração nacional que seria realizado através do turismo.¹



uma pesquisa encomendada em 72 pelo governo brasileiro sobre o potencial turístico dos norte americanos apontou que há “temor de hostilidades por parte do povo”, fruto das demonstrações nascidas da consciência coletiva da interferência dos eua no “movimento revolucionário” de 64²





Ainda que se possa tirar proveito intelectual de um confronto entre a proposta original formulada por Mário de Andrade e os rumos tomados na prática pelo Serviço do Patrimônio, não me parece que esse exercício possa contribuir efetivamente para lidarmos com os impasses com que hoje se defrontam os responsáveis pela política preservacionista em quaisquer níveis da atividade governamental. Uma reconstrução histórica caprichada dos contextos regionais em que se escoravam Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco de Andrade decerto matizaria essa colaboração tão fecunda de uma perspectiva institucional, mas isso não tornaria a proposta andradina politicamente viável na época de sua formulação. A experiência social cosmopolita de um autodidata de gênio, mulato, sem profissão definida entre os homens de sua classe de origem, às voltas com uma sociedade complexa, diferente, com ritmo alucinante de transformação, com uma forma de vida que se descompunha em elementos de uma cultura material selecionados, firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de "pedra e cal" em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista. O encanto pelo monumental, pela ostentação da riqueza e a metamorfos-eada em testemunhos de estilo artísticos, o embevecimento pelo ornamental, a crença na existência de soluções espaciais, e outras tantas posturas mentais condizentes com o projeto de restaurar um mundo de formas cujos laços com usuários vão se esgarçando a tal ponto que passam a justificar critérios autônomos de percepção e juízo⁵.

descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista. Cumprir frisar esses aspectos na medida em que os conteúdos substantivos dessa política tem muito a ver com a conjuntura de sua criação. Nesse sentido o SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma "identidade nacional" iluminista no trópico dependente. Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a "memória nacional". E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado. A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadentes. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto andradino. No que concerne aos segmentos da

descompassada das circunstâncias daquele momento, ao passo que a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista. Cumprir frisar esses aspectos na medida em que os conteúdos substantivos dessa política tem muito a ver com a conjuntura de sua criação. Nesse sentido o SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma "identidade nacional" iluminista no trópico dependente. Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a "memória nacional". E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado. A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as

toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a "memória nacional". E nesse passo, o SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado. A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos de todas as

frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadentes. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto andradino. No que concerne aos segmentos da

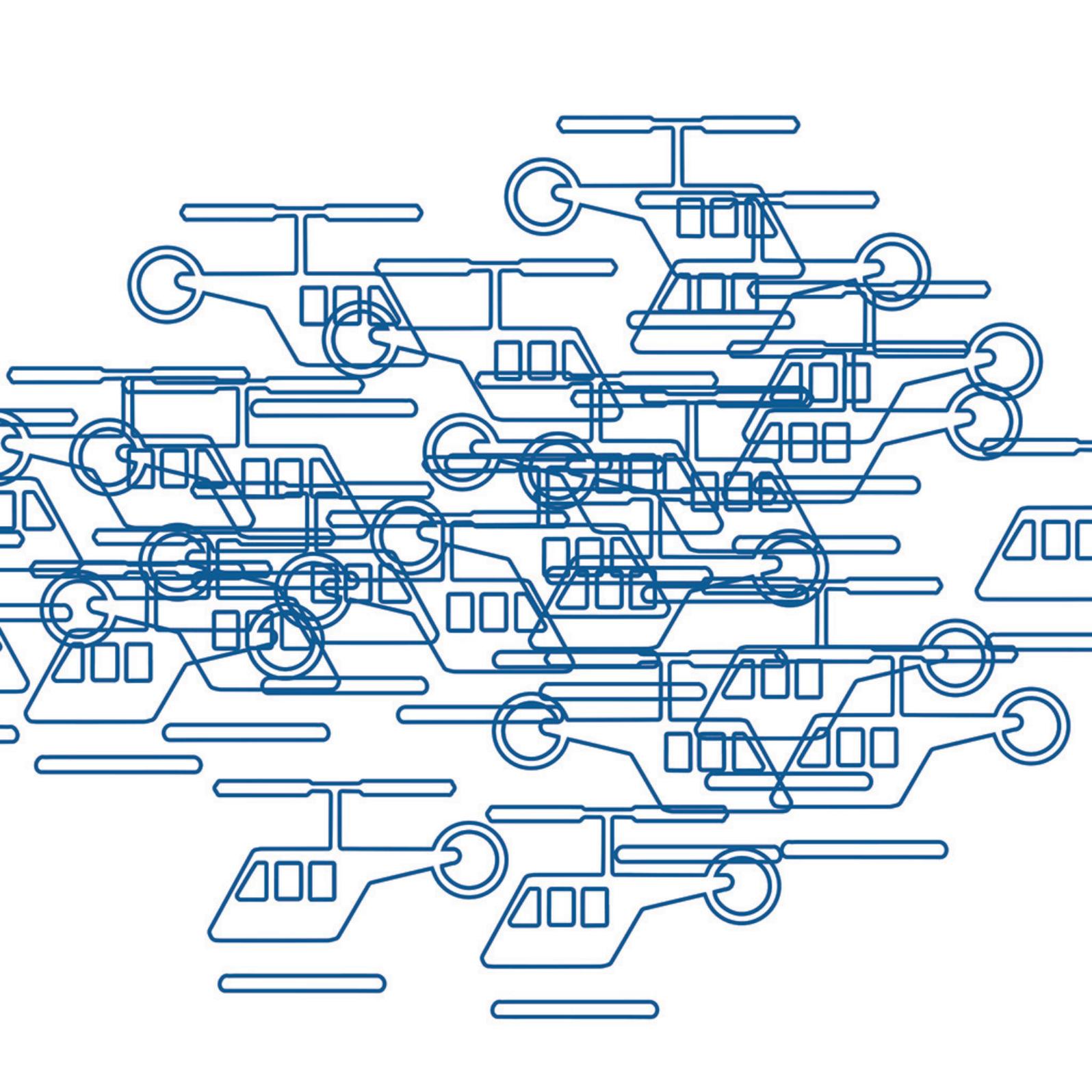
cultura material selecionados, firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de "pedra e cal" em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas. Essa orientação se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista. O encanto pelo monumental, pela ostentação da riqueza e a metamorfos-eada em testemunhos de estilo artísticos, o embevecimento pelo ornamental, a crença na existência de soluções espaciais, e outras tantas posturas mentais condizentes com o projeto de restaurar um mundo de formas cujos laços com usuários vão se esgarçando a tal ponto que passam a justificar critérios autônomos de percepção e juízo⁵.

ócio

neg



ócio



o turismo é, não apenas uma atividade de lazer, mas também um instrumento para levar as pessoas a quererem conhecer outros povos, através do contato com a natureza, gerando compreensão e o bem-estar da humanidade. ernesto geisel 1974⁴

